

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL: CRÔNICA DE UMA INFODEMIA ANUNCIADA

Adriane Maria Arantes de Carvalho, Universidade FUMEC, PUC Minas, ORCID:

<https://orcid.org/0000-0001-6754-8116>, Brasil, e-mail:

adriane.arantescarvalho@gmail.com

Marta Macedo Kerr Pinheiro, Universidade FUMEC, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5592-3396>, Brasil, e-mail: martakerr@gmail.com

Igor Alexandre Barbosa de Oliveira, Universidade FUMEC, ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8079-5039>, Brasil, e-mail: igoralexandre0204@hotmail.com

Veronica Viana Modesto, Universidade FUMEC, ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8536-3481>, Brasil, e-mail: veronicaviana64@gmail.com

1 Introdução

O enfrentamento à pandemia da COVID-19 exigiu a intervenção governamental direta em todos os países afetados, seja para controlar a doença, seja para lidar com seus impactos socioeconômicos (OECD, 2023). Em diferentes países o sucesso desse enfrentamento dependeu, em parte, do nível de confiança pública para garantir a eficácia das ações que deveriam ser implementadas e que geraram vários efeitos, como *lockdowns*, uso obrigatório de máscaras e campanhas de vacinação (OECD, 2023).

A pandemia da COVID-19 fez-se acompanhar por uma infodemia em todo o mundo e, particularmente, no Brasil. A infodemia é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como a superabundância de informações que ocorre durante uma epidemia e se dissemina por meio de sistemas de informação, podendo gerar confusões, desinformações e crise de desconfiança nas políticas públicas de saúde (WHO, 2020).

O relatório *Drivers of Trust in Public Institutions in Brazil* elaborado pela OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OECD) (OECD, 2023), em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU) do Brasil, examinou, entre outros pontos, a gestão governamental da pandemia de COVID-19. Apesar do papel significativo do Sistema Único de Saúde (SUS), sistema público de saúde, a reação do governo brasileiro ao surto de COVID-19 foi avaliada de forma bastante negativa (OECD, 2023). A resposta foi considerada lenta, descoordenada e reproduziu desigualdades já existentes (Castro et al., 2021, citado por OECD, 2023).

Em dezembro de 2022 foram confirmados 693.853 óbitos relacionados à pandemia da COVID-19 no Brasil (MS, 2025). No Brasil, ela não apenas provocou uma crise de confiança nas instituições brasileiras e insegurança na população, como dificultou a articulação da resposta de diferentes órgãos públicos e de diferentes esferas de governo (nacional, local) no enfrentamento à pandemia. “A crise política relacionada à gestão da pandemia contribuiu

para conflitos entre o governo federal e os governos subnacionais e foi alimentada por campanhas generalizadas de desinformação e informações falsas com narrativas anticientíficas” (OECD, 2023, pp.25).

O objetivo da pesquisa é compreender a dinâmica da infodemia da COVID-19 no Brasil a partir das peças de desinformação tratadas pelas agências brasileiras de *fact-checking* Aos fatos e Lupa no período compreendido entre janeiro de 2020 a julho de 2022. Entender a dinâmica da circulação da desinformação contribui para traçar estratégias de ação para o enfrentamento de situações semelhantes no futuro.

2 Referencial Teórico

O termo desinformação (*disinformation*) confunde-se com os termos *fake news* e *misinformation*, revelando seu caráter polissêmico. A principal diferença está no caráter intencional de enganar ou confundir (Bennett & Livingston, 2018), de provocar dano (Wardle, 2020; Dourado, 2021). Desta maneira seus objetivos políticos ajudam a diferenciá-la dos demais termos (Segurado, 2021).

Wardle (2020) aponta sete tipos de desinformação que variam em graus de severidade e esforço em relação à intenção de provocar dano. Dourado (2021) destaca a importância de compreender a cadeia de transmissão coletiva da desinformação e seu forte apelo político e afetivo. A autora aponta a possibilidade de verificação dos fatos como um elemento de vulnerabilidade ou fragilidade, porque permite expor o desmentido.

No caso da infodemia associada à COVID-19, a UNESCO propôs a classificação das peças de desinformação em nove temas: origens e propagação da COVID-19; estatísticas falsas e equivocadas; impactos econômicos; descrédito de jornalistas e veículos de notícias fidedignos; ciência médica (sintomas, diagnóstico e tratamento); Impactos na sociedade e no meio ambiente; politização; ganho impulsionado para ganho financeiro fraudulento; e

desinformação cujo foco são as celebridades (Posetti; Bontcheva, 2020).

No contexto de uma pandemia, a disseminação de desinformação pode ter consequências fatais (Posetti & Bontcheva, 2020; Haraki, 2021). Um estudo da Avaaz, citado por Ribeiro & Martinuzzo (2021), constatou que nove em cada dez brasileiros receberam, pelo menos, uma informação falsa sobre a Covid-19. O estudo revelou ainda que sete em cada dez brasileiros acreditaram em, ao menos, uma peça de desinformação. Por isto ela tem o potencial de colocar em risco parcelas da população que sofrem com a falta de saúde e /ou de alfabetização digital (WHO, 2020).

A desinformação retira dos cidadãos o direito à participação ativa nas discussões relacionadas à política pública, assim como afeta a capacidade de articulação e de resposta dos órgãos públicos proponentes dessas políticas. Desta maneira, atua como um operador fundamental na tentativa de reconfiguração dos modelos de governança e de governabilidade de um regime de informação na área de Saúde. O conceito de regime de informação contribui para compreender como o poder é exercido em e através das relações sociais mediadas pela informação e como, no caso da infodemia da COVID-19, isso afeta a discussão da política de informação sobre saúde já que enfrentou-se a desinformação no período, operada de forma massivamente autoritária dando nova reconfiguração ao regime informacional estabelecido. Surgiram medidas comunicacionais de omissão de dados, indefinição de responsabilidades de órgãos e cargos prioritários do governo federal, principalmente da área de saúde. A desinformação tem o objetivo e propósito claro e deliberado de enganar, confundir e criar confusão ou tumulto.

Nesse desafio de um regime de desinformação estabelecido, entende-se que aquele que dissemina uma inverdade não interage no modo comunicativo, mas como modo estratégico no qual os outros são usados como meio para os fins daquele que fala (STAHL, 2006). As *fake news*, de forma complexa, “atravessam as estruturas da verdade e da

mentira, do real e da ficção, do atual e do virtual, em uma correlação intrínseca à questão da ética e da moral.” (Ribeiro & Martinuzzo, 2021, p.5). A desinformação pode então ser vista, como Braman(1989) visualiza a informação, como força constitutiva da sociedade que atua como um agente transformador que afeta e modela ou remodela o ambiente.

A desinformação não é algo recente, mas tanto na pandemia da COVID-19 quanto nas que a antecederam, “informações falsas ou enganosas interferiram na preparação e resposta à emergência em saúde pública causada pela doença” (Haraki, 2021, p.2). Domingues (2021) ressalta a necessidade de uma atuação coordenada dos diversos atores envolvidos (organizações de saúde, governos, mídia e indivíduos) no enfrentamento à infodemia.

A gestão da infodemia exige o desenvolvimento do pensamento crítico e a conscientização dos cidadãos, o que está vinculado tanto ao conceito de *media literacy* – “habilidade de consumir notícias de verdade sabendo separar o que é falso do que é verdadeiro” (Scofield Júnior, 2019, p.65), quando ao conceito de literacia digital, associada “ao desenvolvimento de habilidades que permitem à pessoa identificar, localizar, avaliar e usar a informação necessária para a resolução de problemas” (Silva & Cardoso, 2020). A Ciência da informação objetiva através dos estudos de literacia digital empoderar cidadãos com alfabetização midiática informacional promovendo competências críticas e habilidades de verificação e checagem de informações digitais o que possibilita limitar a transmissão de conteúdos falsos e sua propagação massiva. Afinal, a infodemia dificulta que “fontes idôneas e orientações baseadas em evidências sejam encontradas pelas pessoas que buscam informação” ao mesmo tempo em que enfraquece as respostas à própria epidemia (Domingues, 2021, pp.1).

A Ciência da Informação também pode propor uma maior alfabetização científica (López-Borrull, 2020). O autor alerta para a infodemia

científica que acompanhou a pandemia e cita, como exemplo, o caso de dois artigos publicados nas revistas *The Lancet* e *The New England Journal of Medicine* sobre o uso de hidroxicloroquina como tratamento eficaz da COVID-19 que, após verificação e acesso impossibilitado aos dados, tiveram que ser retirados das publicações. Como alerta o autor, “o combate ao negacionismo e à mentira deve ser equilibrado pelos profissionais da informação com a liberdade de expressão e a transparência da informação, da mesma forma que temos feito com relação à propriedade intelectual e ao acesso à informação” (López-Borrull, 2020, pp.6).

A ausência de informação fidedigna, transformada em ruído e alienação é a forma de domínio previamente arquitetado por interesses políticos (Bennett & Livingston, 2018), enfrentada na infodemia da COVID-19 no Brasil.

2.1 Um breve histórico da infodemia da COVID-19 no Brasil

Em dezembro de 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada pela sua Representação na República Popular da China sobre vários casos de pneumonia viral de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei (WHO, 2025). As vítimas seriam frequentadoras de um mercado atacadista de animais e de frutos do mar, sugerindo a ocorrência de transmissão de pessoa para pessoa (ANVISA, 2021).

No início de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram a identificação de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Em 30 de janeiro de 2020 a OMS declarou o surto do novo coronavírus (Sars-Cov-19) uma emergência de saúde pública de âmbito internacional (WHO, 2025) e, no Brasil, em 3 de fevereiro de 2020, é declarada a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) (MS, 2020a). Em fevereiro de 2020 é reconhecido publicamente o primeiro registro de contaminação no Brasil. O Ministério da Saúde (MS) anunciou a adoção de novo fluxo

de consolidação de casos do novo coronavírus que passou a ser descentralizado com os dados repassados pelos gestores locais.

Em março de 2020, a OMS declara que a Europa se torna o epicentro da pandemia (WHO, 2025), e no Brasil a situação começa a se agravar com o aumento do número de casos confirmados e de casos suspeitos, os quais passam a ocorrer em vários estados do país. A pandemia, a nível global e local, foi acompanhada de um volume avassalador de desinformação, caracterizando a ocorrência de de uma infodemia. No Brasil ela “se materializava na enxurrada de desinformação, tendo como importante polo emissor o governo federal, que passava a maior parte do tempo se dedicando à produção e disseminação de mentiras e informações distorcidas sobre a pandemia” (Segurado, 2021, pp.16). É importante compreender que essa polarização política e a radicalização do debate público relacionam-se com o bolsonarismo e com a ascensão da extrema-direita em diversos países, especialmente a partir do primeiro governo de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos (Alcântara & Ferreira, 2020).

Dentre várias situações, quatro ilustram o quadro de disputa de políticas e de narrativas que se instaurou no país em torno da pandemia. A primeira diz respeito à postura negacionista do presidente Jair Bolsonaro para quem a COVID-19 não passava de uma “gripezinha” e, junto com outras autoridades públicas, recusava-se a sugerir o distanciamento social e a usar máscaras em ambiente públicos. Mesmo quando o ministério da Saúde é forçado a reconhecer a transmissão comunitária do novo coronavírus (MS, 2020b) e recomenda o distanciamento social, o presidente Bolsonaro editou um decreto incluindo unidades lotéricas e centros religiosos na relação de atividades consideradas essenciais à rotina (Brasil, 2020). Ele “entrou em rota de colisão com prefeitos e governadores, que, na sua maioria, optaram por medidas localizadas de isolamento social” (Alcântara & Ferreira, 2020, pp.145). Em abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF)

reconheceu a competência de estados, Distrito Federal e municípios para regular medidas de isolamento social, fechamento de comércio e outras restrições o que contrariava o entendimento do presidente de que caberia ao governo federal essa definição (Vieira, 2020).

A segunda situação refere-se ao uso da cloroquina no tratamento da COVID-19. O ministério da Saúde inicialmente recomendava o seu uso em casos graves e de pacientes internados, mas o presidente defendia seu uso desde os primeiros sintomas da doença (Shalders, 2020) e mesmo sendo desmentido sobre a eficácia do seu uso na prevenção ou tratamento da COVID-19.

A terceira situação refere-se à produção de vacinas e sua eficácia frente à alternativa de alcançar a imunidade de rebanho. Deve-se destacar que o Programa Nacional de Imunização foi criado em 1973 e, ao longo do tempo, teve resultados surpreendentes garantindo o acesso à diferentes vacinas e erradicando várias doenças. O ministério da Saúde possibilitou a realização de um acordo entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a farmacêutica AstraZeneca e a Universidade Oxford, do Reino Unido, para desenvolvimento e produção de vacinas contra a Covid-19 em território nacional, em desacordo com as posturas negacionistas e contra a ciência do presidente da República. Em paralelo e de forma autônoma, o Governador João Dória, do Estado de São Paulo, viabilizou o desenvolvimento da vacina Coronavac por meio de uma parceria do instituto Butantã com a biofarmacêutica chinesa Sinovac. Assistiu-se a uma briga política entre os dois governantes (Dias, 2020). A postura negacionista do governo Bolsonaro o levou a recusar “a oferta de insumos de laboratórios internacionais importantes, inicialmente criando nas suas bases digitais o discurso contrário - primeiro à vacina chinesa, e posteriormente levantando suspeitas a qualquer outra” (Segurado, 2021, pp. 40). Como reforçam Machuy e Schneider (2024, pp. 1178), “o negacionismo científico e o uso político do medicamento hidroxiclороquina, promovido por representantes da extrema-direita, no Brasil e

no mundo, como uma solução milagrosa para a COVID-19, apesar da falta de evidências científicas que o respaldassem, são aspectos significativos dessa recusa [de Bolsonaro às vacinas]”.

No dia 8 de dezembro de 2020, chamado de “Dia V” de vacinação e de vitória, o Reino Unido começou a vacinar a sua população (Dias, 2020). Enquanto isso no Brasil prosseguia a disputa política sobre a vacinação entre os dois políticos. O governo de São Paulo colocou-se em evidência ao anunciar uma data de início de vacinação para a população paulista para Janeiro de 2021, enquanto o ministério da Saúde apenas informava a intenção de iniciar a aplicação da vacina de Oxford / AstraZeneca no final de fevereiro de 2021, ou seja, um mês depois do governo de São Paulo (Dias, 2020). Além disso, o esboço do plano de vacinação do governo federal recebia críticas relação à ausência de “detalhes fundamentais quanto à produção, distribuição, aplicação e monitoramento dos efeitos e efetividade das vacinas” (Observatório COVID-19 BR, 2020). As duas vacinas receberam autorização para uso emergencial no mesmo momento. Em 17 de janeiro de 2021, a primeira pessoa a receber a vacina contra a COVI-19 em território nacional foi uma enfermeira em evento realizado no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (HC-USP), e a vacina era a Coronavac. Tem então início a vacinação do país e em poucos meses várias vacinas são aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Finalmente a quarta situação diz respeito à grave crise sanitária de Manaus (Amazonas), ocorrida em janeiro de 2021, quando é detectada a presença de uma nova variante do coronavírus denominada P.1. O aumento do número de casos e de óbitos na cidade desencadeou uma crise, pois junto com o aumento do número de internações ocorreu a falta de oxigênio nas unidades de saúde, a escassez de medicamentos contra dores intensas e o colapso do sistema municipal e privado de saúde por falta de leitos de enfermaria, leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) (Schmidt, 2021; Barreto *et al.*,

2021). “Em 14 de janeiro [2021], dezenas de pacientes morreram asfixiados devido à falta de oxigênio na rede pública hospitalar de Manaus, evento que chocou a população brasileira e toda a humanidade” (Barreto *et al.*, 2021, pp. 1133). Mesmo nesse cenário de crise, o então Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, ainda insistia em cobrar a aplicação do tratamento precoce contra a COVID-19 com o uso da cloroquina (Schmidt, 2021).

Outro aspecto importante para a compreensão da pandemia no Brasil relaciona-se às mudanças de ocupantes do Ministério da Saúde. Durante 2020, o ministério da Saúde teve três ministros diferentes, evidenciando as divergências existentes no enfrentamento da pandemia. Nos meses iniciais da pandemia, “o presidente força a saída de dois ministros da Saúde, um em 16 de abril e outro em 15 de maio” de 2020, respectivamente os médicos Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich” (Alcântara & Ferreira, 2020, pp.145). A saída ocorreu por discordarem das exigências do presidente de que o ministério da Saúde liberasse e incentivasse a utilização da cloroquina e que fosse contra as medidas de isolamento social, contrariando os protocolos das autoridades de saúde de todo o mundo (Alcântara & Ferreira, 2020). O terceiro ocupante do ministério da saúde foi o general do Exército, Eduardo Pazuello que não tinha nem formação em medicina nem experiência na área de saúde pública (Alcântara & Ferreira, 2020).

Como destaca Segurado (2021, pp.45), “a narrativa antivacina [...] começava a ser abalada quanto mais se divulgavam as imagens da imunização em várias partes do mundo, fazendo com que as pessoas comessem a mudar de opinião”. Segundo o Datafolha, citado por Segurado (2021), em maio de 2021, 91% dos brasileiros pretendiam tomar a vacina.

Em abril de 2021, o Senado Federal instalou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19 para “apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os

pacientes internados”, assim como irregularidades e desvios de verbas federais enviadas aos estados para o enfrentamento da pandemia, dentre outros pontos (Senado Federal, 2021, pp.4). A CPI funcionou até novembro de 2021 e, em seu Relatório Final, recomendou o indiciamento do então Presidente Jair Bolsonaro, 65 pessoas e duas empresas, sugerindo a ocorrência de dez possíveis delitos. Também apresentou projetos que visam “garantir que a ciência seja o fundamento de qualquer política governamental de saúde” e “coibir a propagação de desinformação”. (BRASIL, 2021, pp.118).

Em 22 de abril de 2022 é declarado o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo COVID-19 (MS, 2022). Neste mês ocorre a volta às aulas presenciais na grande maioria das escolas municipais e em redes de escolas no país. E apenas em 5 de maio de 2023 a OMS decreta o fim da emergência internacional causada pela COVID-19 (WHO, 2023).

Dos estudos que se debruçaram sobre a infodemia da COVID-19 no Brasil, destacam-se dois que utilizaram como fonte de dados os conteúdos desinformativos analisados por agências de *fact checking*. A pesquisa de Seibt & Dannenberg (2021) analisou as checagens realizadas pela agência Aos Fatos das mensagens do presidente Jair Bolsonaro na rede social Twitter (atualmente chamada X) nos meses iniciais da pandemia. Os autores utilizaram como parâmetro de análise de sentimento os quatro principais indicadores de comportamento autoritário de Levitsky e Ziblatt (2018), que são: rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas), Negação da legitimidades dos oponentes políticos, tolerância ou encorajamento à violência, propensão a restringir a liberdade civil de oponentes, inclusive a mídia (Seibt & Dannenberg, 2021). Eles constatam que “Bolsonaro ataca a imprensa, deslegitima outros poderes e desqualifica adversários políticos”, além de ter feito algo inédito que foi desconsiderar as

recomendações da World Health Organization-WHO, como no caso da cloroquina, e ter criticado o desenvolvimento de vacinas como a Conoravac (Seibt & Dannenberg, 2021, pp.28).

Ao analisar o fluxo de desinformação entre os meses de janeiro e maio de 2020, meses iniciais da pandemia de COVID-19 no Brasil, Alcântara & Ferreira (2020) observaram alterações nos enquadramentos do tema, os quais refletiram a disputa política que havia em curso. Os autores fizeram a análise de conteúdo das peças desinformativas tratados pela agência Aos fatos e utilizaram as seguintes categorias: “Número de casos e morte”, “Tratamentos e prevenção”, “Isolamento social”, “Ações de governo”, “Origem do vírus” e “Outros” (Alcântara & Ferreira, 2020). Ao analisar os dados relativos ao período de janeiro a maio de 2020, observaram que em dois dos três temas mais abordados – “Tratamentos e prevenção” e “Número de casos e morte”, predominaram conteúdos desinformativos que minimizavam o risco da pandemia. O terceiro tema referiu-se a “Isolamento social”.

Um terceiro estudo, de Cézar & Maciel (2021), relacionou as estratégias de gestão da pandemia no âmbito do Governo Federal com os fluxos de desinformação e para tanto utilizou a Teoria do Ator-Rede. A pesquisa analisou como o posicionamento do presidente Bolsonaro contribui para que a desinformação se configure como “expressão de uma política de contaminação que performa sobre um emaranhado de elementos heterogêneos, e em disputa, relacionados à COVID-19” (Cézar & Maciel, 2021, pp.11). Os autores analisaram o pronunciamento do Presidente em 24 de março de 2020, sobre a pandemia e o analisaram frente aos nove temas da UNESCO descritos por Posetti & Bontcheva (2020). Os autores apontam que a gestão da pandemia foi orientada por “racionalidade neoliberal que se beneficia da superabundância de (des)informação, das controvérsias científicas e do incremento do conflito para paralisar a capacidade de resposta política à pandemia, negar a ciência e legitimar suas políticas” (Cézar & Maciel, 2021, pp.18).

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é exploratória, com abordagem quali-quantitativa. Foi coberto o período de divulgação das análises das peças de desinformação entre janeiro de 2020 a julho de 2022, junto ao site das agências de checagem de fatos Aos fatos e Lupa, vinculadas à International Fact-Checking Network (IFCN).

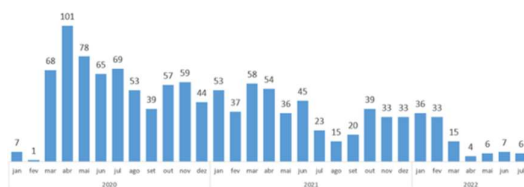
A coleta de dados ocorreu em março de 2023. No caso da agência Lupa, sua ferramenta de busca permite procurar as notícias por ano, mas não há separação quanto aos assuntos abordados. Dessa forma, foi necessário avaliar todas as análises feitas pela agência durante o período investigado e selecionar aquelas que abordavam os temas relacionados ao Covid-19 e à pandemia. Na plataforma da agência Lupa, foram utilizados três filtros: o temático (COVID – 19), a etiqueta de falso (que atesta a falsidade de uma notícia) e o período de interesse. Foram eliminadas as notícias falsas duplicadas e as que não estavam em português.

Foram identificadas, respectivamente, 789 e 405 peças de desinformação nas agências Lupa e Aos Fatos, totalizando 1.194. A seguir foi feita a leitura e classificação do material com base na divisão temática da Unesco (Posetti & Bontcheva, 2020). Foi utilizada a estatística descritiva e a análise crítica para a análise e interpretação dos dados.

4 Discussão dos Resultados

O maior volume de peças de desinformação verificadas ocorreu no primeiro ano da pandemia (Figura 1).

Figura 1. Desinformações analisadas pelas agências de Lupa e aos Fatos entre janeiro de 2020 e julho de 2022.



Fonte: dados da pesquisa

Como citado anteriormente, é em março de 2020 que a Europa se torna o epicentro da

pandemia e a situação se agrava no Brasil com o aumento do número de casos e com a ocorrência da primeira morte. Neste momento há um salto no número de peças de desinformação. Num cenário de muitas incertezas proliferam conteúdos falsos e enganosos acerca dos impactos sociais e ambientais relacionados à pandemia e sobre a própria doença. Abril de 2020 foi o mês com o maior número de ocorrências de peças de desinformação sobre a pandemia nas agências de checagem de fatos pesquisadas. No ano de 2021, os meses iniciais apresentam maior volume de peças de desinformação, em comparação com o segundo semestre, sendo que o tema das Ciências Médicas e da Politização foram os mais abordados. Não se pode deixar de associar isso ao início do processo de vacinação e da crise de Manaus. O primeiro semestre de 2022 apresenta um número bem menor de peças de desinformação quando comparado com os anos anteriores.

Ao analisar a categorização das peças de desinformação ao longo do período estudado (Tabela 1), observa-se que os três temas com maior destaque dizem respeito à Ciência médica (sintomas, diagnóstico e tratamento), seguida pela politização e pelo uso de estatísticas falsas e enganosas.

Tabela 1: Distribuição das desinformações por temas

| Temas | Quantidade |
|---|--------------|
| Ciência Médica | 469 |
| Politização | 286 |
| Estatísticas falsas e enganosas | 166 |
| Impactos na sociedade e no ambiente | 91 |
| Origens e propagação da COVID-19 | 62 |
| Descrédito de jornalistas e agências de notícias confiáveis | 34 |
| Foco em celebridades | 32 |
| Impactos econômicos | 30 |
| Ganho financeiro fraudulento | 24 |
| Total | 1.194 |

Fonte: Elaboração própria (2025).

Alcântara & Ferreira (2020, pp.149) observaram que, nos primeiros meses da pandemia, “as narrativas de desinformação

predominantes no debate público estão à luz da postura, das declarações e dos atos do presidente Jair Bolsonaro”. Cabe salientar que observou-se na pesquisa que isso ocorreu ao longo de toda a pandemia, havendo grande semelhança ou sincronicidade entre os embates políticos travados pelo presidente com os demais atores políticos e com a natureza dos temas abordados nas peças desinformativas.

Ao longo do período estudado, o tema da Ciência médica sempre esteve em destaque, ocupando o 1º lugar no número de peças de desinformação em vinte e três dos trinta e um meses pesquisados. Só não esteve num dos três primeiros lugares no mês de maio de 2022, quando o tema que mais se destacou foi o de notícias falsas e enganosas.

Na temática Ciência médica incluem-se peças associadas às vacinas, ao diagnóstico, à prevenção e ao tratamento da doença. Em março de 2020 há, por exemplo, a verificação de uma peça de desinformação na qual um homem afirmava que uma forma eficaz de prevenção seria substituir o álcool por vinagreⁱ. Em abril de 2020 uma das peças de desinformação, vinculada em redes sociais, assegurava que médicos de 30 países confirmavam a eficácia da cloroquina no tratamento de pacientesⁱⁱ e aproveitava para criticar a posição do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que era contrário ao uso do medicamento. Nessa peça observa-se que além da desinformação associada ao tratamento havia também um ataque político ao Ministro da Saúde, o que aconteceu a grande parte daqueles que se manifestavam contra o uso da cloroquina. Alcântara e Ferreira (2020) relataram que 29% das peças de desinformação no grupo relacionado à categoria de “Prevenção e tratamento” diziam respeito à cloroquina / hidroxicloroquina e outras 13% em relação ao uso de máscaras, os dois principais sub-temas desse período. É interessante resgatar que, em declarações públicas em março de 2020, o presidente Bolsonaro havia atribuído ao Exército a tarefa de produção de cloroquina. A partir daí “intensificou o [seu] discurso sobre uma

possível eficácia da substância no combate à covid-19” (Alcântara & Ferreira, 2020, pp.150). Destaca-se também que esta fala alinha-se à do presidente norte-americano Donald Trump, tendo sido feita 48 horas depois do pronunciamento deste (Dale, citado por Alcântara & Ferreira, 2020).

As peças de desinformação sobre a eficácia do uso da cloroquina para o tratamento da cloroquina perduram durante a pandemia. Isso pode ser observado numa peça de desinformação, com um vídeo, no qual um médico sustenta que o tratamento precoce com drogas como a hidroxicloroquina e outras seriam capazes de prevenir ou tratar a infecçãoⁱⁱⁱ e cuja análise foi publicada em maio de 2021.

Outro exemplo de assunto persistente ao longo do tempo relaciona-se à vacinação. Em julho de 2020, num momento em que as pesquisas e parcerias para a produção de vacinas ganhavam destaque na área de saúde, uma das peças de desinformação, veiculada nas redes sociais, alerta para a ameaça de vacinas contra a Covid-19 criarem seres humanos geneticamente modificados^{iv}. Em maio de 2021 é publicada a análise de outra peça de desinformação de que a Pfizer produzia vacinas com *chip* da Microsoft. Originalmente publicada como sátira em um site humorístico, essa peça foi descontextualizada e divulgada como uma “notícia verdadeira”^v.

O tema da Politização agrupou peças que promoviam o descrédito do Supremo Tribunal Federal e de políticos ou abordavam falsas iniciativas. Ao analisar as checagens da agência Aos Fato, Seibt & Dannenberg (2021, pp. 12) constataram que “Bolsonaro não passou dados verdadeiros nenhuma vez [...] de “Outros Poderes”, seja descontextualizando a realidade ao atribuir a responsabilidade a prefeitos e governadores pela determinação das medidas de restrição, seja ignorando a decisão do STF sobre a soberania das decisões regionais. De acordo com os autores, esse comportamento autoritário enquadra-se nas categorias de “rejeição das regras democráticas do jogo” e “negação da legitimidade dos oponentes políticos”.

Nesta pesquisa destacam-se as peças de desinformação direcionadas a prejudicar a imagem do governador de São Paulo, João Dória ou de suas ações de enfrentamento à pandemia (como a produção da vacina Coronavac pelo Instituto Butantã em parceria com a biofarmacêutica chinesa Sinovac), tornando-o um dos alvos da campanha de desinformação (Dias, 2020; Segurado, 2021). Um exemplo é uma peça de desinformação, analisada em maio de 2020, com um vídeo no qual uma pessoa afirma que o governo estadual estaria recebendo dinheiro para cada registro de morte por COVID-19^{vi}. Várias peças de desinformação tiveram como foco afirmar que o governador havia tomado vacina antes de contrair o vírus ou que teria tomado a vacina da Pfizer ao invés da Coronavac^{vii}. Um exemplo de uma peça de desinformação associada a uma falsa iniciativa é a de que governadores estariam “escondendo” vacinas para “desestabilizar” Bolsonaro e aumentando intencionalmente o número de óbitos, analisados em março de 2021^{viii}. Seibt & Dannenberg (2021) também identificaram a intenção de desqualificação política de outras lideranças por parte de Bolsonaro, principalmente aquelas que adotavam medidas contrárias ao seu negacionismo.

De acordo com Posetti & Bontcheva (2020), na temática de estatísticas falsas e enganosas estão enquadradas as peças de desinformação que questionam as taxas de óbitos / internações e informes de incidência da doença. Algumas peças de desinformação acompanharam a estratégia presidencial de negá-los ou de sugerir que estavam inflados para favorecer interesses políticos de alguns governantes (Segurado 2021). Um dos exemplos é de uma peça com o vídeo de uma pessoa fumando dentro de um saco plástico preto para sugerir que as mortes eram encenações. Na verdade o vídeo original era de um videoclipe de um *rapper* russo que, descontextualizado, teve 10.867 compartilhamentos no facebook e também um número impreciso deles no WhatsApp^{ix}.

As peças de desinformação associadas aos impactos na sociedade e no ambiente, foram

detectadas em sua maioria nos meses de março de 2020 e de junho de 2022, associados ao período inicial e final da pandemia no país. Também tiveram uma posição significativa, da segunda à quarta posição, em outros doze meses dentro do período estudado, evidenciando a importância do assunto. Mas, além de serem muitas, as peças apresentavam grande diversidade. Por exemplo, em março de 2020, início da pandemia, as peças de desinformação incluíam foto de banhistas tirada ‘durante quarentena’^x, imagem de mercado sendo saqueado^{xi}, arrastões de usuários da Cracolândia durante pandemia^{xii}. Essas primeiras peças de desinformação apelavam para o medo e o pânico da população, característica marcante da desinformação de desestabilizar, confundir como também em temas semelhantes que ocorreram ao longo do tempo, abordando notícias sobre assaltantes disfarçados oferecendo testes para Covid-19^{xiii}, a aprovação de aborto pela Câmara de Deputados^{xiv} e a de que uma criança foi presa em Nova York por estar sem o passaporte da vacina^{xv}.

Posetti & Bontcheva (2020) associam o tema da origem e propagação do coronavírus e da COVID-19 a teorias da conspiração que atribuem a culpa da doença a outros atores e causas. A versão reconhecida é a de que o surgimento da doença está associado a um mercado de animais na cidade de Wuhan na China. Na pesquisa observou-se diversas teorias sobre a forma de propagação do vírus, seja por meio de máscaras contaminadas importadas da China e descobertas pelo FBI^{xvi}, ou porque vacinados com Pfizer transmitem Covid-19 por inalação ou contato com a pele^{xvii} ou ainda sobre a não transmissão por pacientes assintomáticos^{xviii}. As teorias sobre a origem também são muitas e variam desde a declaração de um ganhador do Nobel de Medicina de que o vírus foi criado em laboratório^{xix} ou que deriva de uma bactéria modificada pelo uso da tecnologia 5G^{xx}. Deve-se também destacar que o presidente Bolsonaro não acompanhou a retórica do presidente Donald Trump em relação à narrativa do “vírus chinês”, pelo fato desse país

ser o maior comprador de *commodities* brasileiras (Alcântara & Ferreira, 2020).

Ainda nesta categoria surgiram peças de desinformação que atribuíram ao desenho animado dos Simpsons a previsão da chegada do coronavírus^{xxi}.

O descrédito de jornalistas e veículos de notícias fidedignas associa-se à desinformação política, incluindo calúnias, insultos, visando retirar a confiança em notícias jornalísticas comprovados e de interesse público (Posetti & Bontcheva, 2020). No período estudado, elas incluíram peças relacionadas a jornalistas de destaque nas mídias, em situações que contrariavam as condutas esperadas, tais como saídas durante o período de isolamento, comemoração pelo aumento da audiência, o não uso de máscaras etc. Mas também atacaram a credibilidade de órgãos de imprensa ao sugerir a orientação para manipulação da cobertura da pandemia^{xxii} ou o uso de informações falsas ou inventadas sobre os enterros das vítimas^{xxiii}. Este resultado confirma o que também foi apurado por Seibt & Dannenberg (2021, pp. 12) de que “com histórico de agressões a jornalistas e ao jornalismo como instituição, Bolsonaro apenas usou informações falsas ou se contradisse quando falou sobre a categoria”. Segundo os autores, essa ação vincula-se ao comportamento autoritário na categoria que se refere à propensão a restringir oponentes, população ou, no caso, a mídia.

No tema ‘foco em celebridades’ incluem-se as peças de desinformação associadas a atores e atrizes supostamente com a doença (Posetti & Bontcheva, 2020). No caso do Brasil outros tipos de personalidades também foram envolvidos nessa onda de desinformação, tais como cantores, esportistas, empresários e outras pessoas de destaque. As peças envolviam falsos diagnósticos ou supostas tentativas de mentir sobre o tratamento da doença^{xxiv}, atitudes contra o isolamento social e declarações falsas de desejo de morte das pessoas em geral com a finalidade de “abreviar o governo”^{xxv} ou simplesmente para eliminar os aliados do presidente^{xxvi}.

Ao descrever o tema de impactos econômicos, Posetti & Bontcheva (2020, pp.6) consideraram que ele incluiria “a disseminação de informações falsas sobre os impactos econômicos e sanitários da pandemia, sugestões de que o isolamento social não se justifica economicamente, e mesmo alegações de que a COVID-19 está criando muitos empregos”. A pesquisa identificou peças de desinformação envolvendo o cenário nacional e internacional, como a compra de multinacionais^{xxvii} e de grandes empresas brasileiras^{xxviii} pela China durante a pandemia, do fechamento de lojas de uma grande loja de departamento^{xxix} e de uma falsa carta de empresários com críticas ao isolamento social^{xxx}. Deve-se destacar que das 30 peças de desinformação tratadas pelas agências de checagem de fatos em relação a este tema, 7 (23%) envolviam a China.

Finalmente o último tema relaciona-se ao ganho financeiro fraudulento com a pandemia, o que pode ser associado a fraudes destinadas ao roubo de dados particulares das pessoas (Posetti & Bontcheva, 2020). Na pesquisa elas foram identificadas como sendo campanhas falsas de doação de painéis, revistinhas, kits gratuitos de produtos de limpeza e higiene^{xxxi}, de cestas básicas^{xxxii} ou falsos cadastros junto ao governo federal^{xxxiii}.

A análise da circulação das peças de desinformação reiterou a divisão temática da Unesco que orientou a análise deste estudo.

5 Considerações Finais

Para Dourado (2021, p.9) a circulação das peças de desinformação em plataformas sociais retrata a existência de “contra-fluxos dissonantes” que dificultam distinguir o que é retrato de uma ação coordenada e o que reflete uma política orgânica. Os resultados da pesquisa acerca do volume e da classificação das peças de desinformação sugerem uma campanha de desinformação com um certo grau de sincronia com o que era pautado pelo governo federal. Assim como no estudo de Alcântara & Ferreira (2020), observou-se na pesquisa a predominância de narrativas de

âmbito local e nacional e reafirma-se a avaliação de que a dinâmica do fluxo de desinformações durante a pandemia teve sintomia com o debate político em andamento. Desta maneira, os resultados vão ao encontro da visão de Segurado (2021) de que a campanha de desinformação fazia parte da estratégia da ação política governamental.

Mas, ao compreender como pano de fundo o forte viés ideológico que permeou o enfrentamento à pandemia da COVID-19 (OECD, 2023; Seibt & Dannenberg, 2021), cabe o alerta de César & Maciel (2021, pp.18), de que “no caso brasileiro, o que é necessário se questionar é, em que medida, ações de grupos organizados promovem deliberadamente a circulação de desinformação sobre a pandemia a partir de um viés político condizente com interesses específicos”.

Entende-se que a pesquisa permitiu identificar elementos que ilustram o quadro de disputa de políticas e de narrativas sobre a pandemia que se instaurou no país e que gerou um ambiente de desconfiança na população. “O Brasil é um dos países onde a confiança nos cientistas mais diminuiu durante a pandemia – caindo ainda mais do que a confiança no governo (Algan et al., 2021, citado por OECD, 2023, pp.25).

A pesquisa pôde compreender a dinâmica da circulação e da desinformação e, assim, identificar elementos que possam subsidiar estratégias de ação para o enfrentamento de situações semelhantes no futuro. O suporte da ciência da informação e seus temas orientam pesquisas sobre literacia digital voltadas para a desinformação e que focam no desenvolvimento de habilidades técnicas e cognitivas para uso de informações com estratégias de busca elaboradas de forma crítica. Entende-se que para enfrentar o negacionismo, a alfabetização científica deve ser liderada pelos profissionais da informação no combate à desinformação, com foco na liberdade de expressão e na transparência da informação (López-Borrull, 2020).

Através do conceito de regime de informação pode-se compreender como o poder é exercido em e através das relações sociais

mediadas pela informação e, no caso da infodemia da COVID-19, isso afeta a discussão da política de informação sobre saúde e limita a participação e compreensão do cidadão e seu direito à participação ativa nas discussões relacionadas às políticas públicas.

Referências

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária {ANVISA}. (2021, 25 fev.). Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020. Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2). Brasília: Anvisa. https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/notas-tecnicas/2020/nota-tecnica-gvims_ggtes_anvisa-04_2020-25-02-para-o-site.pdf 25 mar 2022.
- Alcântara, J. & Ferreira, R. R. (2020). A infodemia da “gripezinha”: uma análise sobre desinformação e coronavírus no Brasil. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación, n. 145. <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4315>
- Bennett, W. L. & Livingston, S. (2018). The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. European journal of communication, 33 (2), 122-139.
- Barreto, I. C. H. C et al. (2021). Colapso na saúde em Manaus: o fardo de não aderir às medidas não farmacológicas de redução da transmissão da COVID-19. Saúde Debate, 45 (131), pp. 1126-1139. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202113114>
- Brasil. (2020). Decreto Nº10.292 de 25 de março de 2020. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Presidência da República. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.292-de-25-de-marco-de-2020-249807965>
- César, L. S. & Maciel, A. J. N. (2021). Infodemia no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil:

- uma política de contaminação? Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e5703. <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5703>
- Dias, L. C. (2020, 9 de dezembro). Momento histórico: tem início a vacinação contra a COVID-19 pelo mundo. Jornal da UNICAMP. <https://unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-carlos-dias/momento-historico-tem-inicio-vacinacao-contra-covid-19-pelo-mundo/>
- Domingues, L. Infodemia: uma ameaça à saúde pública global durante e após a pandemia de COVID-19. (2021). Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 12-17. <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/revciis/article/view/2237>
- Dourado, T. (2021). Fake news: quando mentiras viram fatos políticos. Zouk.
- Haraki, C. A. C. Estratégias adotadas na América do Sul para a gestão da infodemia da COVID-19. Rev Panam Salud Publica. V.45, e43. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.43>
- López-Borrull, A. (2020). “Fake news e infodemia científica durante la Covid-19, ¿dos caras de la misma crisis informacional?”. Anuario ThinkEPI, v. 14, e14e07. <https://doi.org/10.3145/thinkepi.2020.e14e07>
- Machuy, C. & Schneider, M. (2024). O vírus da mentira: movimento antivacina no Brasil de Bolsonaro. XIV Encontro EDICIC, 2024, Lisboa, Portugal. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/64777>
- Ministério da Saúde [MS]. (2020a, 3 de fevereiro). Portaria Nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/portaria-188-20-ms.htm
- Ministério da Saúde [MS]. (2020b, 21 de março). Ministério da Saúde declara transmissão comunitária nacional. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/marco/ministerio-da-saude-declara-transmissao-comunitaria-nacional#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20declarou,se%20unir%20contra%20o%20v%C3%ADrus.>
- Ministério da Saúde [MS]. (2020c, 26 de novembro). Portaria Nº 3.190, de 26 de novembro de 2020. Institui o Gabinete de Crise da Covid-19 e altera a Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, para dispor sobre o Centro de Operações de Emergências para o novo Coronavírus (COE Covid-19). https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt3190_27_11_2020.html
- Ministério da Saúde [MS]. (2022, 22 de abril). Portaria Nº 913, de 22 de abril de 2022. Declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria-913-22-ms.htm
- Ministério da Saúde (2025, 21 de fevereiro). COVID-19 no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde. https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 21 fev. 2025.
- OBSERVATÓRIO COVID-19 BR. (2020, dez.) Anda não há um plano nacional de vacinação contra COVID-19. <https://covid19br.github.io/analises?aba=aba13#>
- OECD (2023), *Drivers of Trust in Public Institutions in Brazil*, Building Trust in Public Institutions, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/fb0e1896-en>.
- Posetti, J. & Bontcheva, K. (2020). Disinfodemic: Deciphering COVID-19 disinformation. Policy brief. UNESCO. https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic_deciphering_covid19_disinformation.pdf.
- Ribeiro, R. R. & Martinuzzo, J. A. (2021). A reinfosfera na pandemia do novo coronavírus: infodemia, fake News e sociabilidade perversa. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e5694. DOI: <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5694>
- Schmidt, S. (2021, 14 jan.) Morrer sem oxigênio em Manaus, a tragédia que escancara a negligência política na pandemia. El País. <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-15/morrer-sem-oxigenio-em-uma-maca-em-manaus-a-tragedia-que-escancara-a-negligencia-politica-na-pandemia.html>

- Seibt, T. & Dannenberg, M. (2021). Pandemia, desinformação e discurso autoritário: os sentidos das declarações de Jair Bolsonaro no Twitter a partir de checagens do Aos Fatos. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e5687. <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5687>
- Scofield Júnior, G. (2019). Desconstruindo as fake News: o trabalho das agências de fact-checking. In: BARBOSA, M. (Org.) Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, p.59-68.
- Segurado, R. (2021). Desinformação e democracia: a guerra contra as fake news na internet. Hedra.
- Senado Federal (2021). Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/2441/#tab-comunicados>.
- Shalders, A. (2020, 16 de abril). Mandetta é demitido do Ministério da Saúde após um mês de conflito com Bolsonaro: relembre os principais choques. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/international-52316728>
- Silva, S. A .A. & Cardoso, A. M. P. (2020). Literacia informacional: uma revisão sistemática de literatura. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Campinas: v.18, e020023. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8660680>
- Vieira, A. (2020, 16 de abril). Decisão do STF sobre isolamento de estados e municípios repercute no Senado. *Senado Notícias*. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/16/decisao-do-stf-sobre-isolamento-de-estados-e-municipios-repercute-no-senado>
- Wardle, C. (2020). Guia essencial da First Draft para entender a desordem informacional. 2 ed. First Draft.
- World Health Organization [WHO]. (2020). Managing the COVID-19 infodemic: call for action, 7-8 April 2020. Relatório executivo. Geneva: World Health Organization. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240010314>.
- World Health Organization [WHO]. (2025). Timeline: WHO's COVID-19 response. <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/interactive-timeline#!>

Notas

- i Link da checagem de fatos: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/03/verificamos-vinagre-coronavirus/>
- ii Link da checagem de fatos> <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/16/verificamos-medicos-30-paises-eficacia-cloroquina>
- iii Link da checagem de fatos: <https://www.aosfatos.org/noticias/medico-engana-ao-afirmar-que-tratamento-precoce-foi-comprovado-cientificamente/>
- iv Link da checagem de fatos: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/07/22/verificamos-vacinas-covid-altera-dna>
- v Link da checagem de fatos: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/05/11/verificamos-pfizer-microsoft>
- vi Link da checagem de fatos: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/05/25/verificamos-sao-paulo-16-mil-covid>

- vii Link da checagem de fatos: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/05/13/verificamos-doria-pfizer-coronavac>
- viii Link da checagem de fatos: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/03/12/verificamos-governadores-escondendo-vacinas>
- ix Link da checagem de fatos: <https://www.aosfatos.org/noticias/video-nao-mostra-fraude-de-mortes-na-pandemia-mas-bastidor-de-clipe-de-rapper-russo/>
- x Link da checagem de fatos: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/24/verificamos-copacabana-quarentena-coronavirus>
- xi Link da checagem de fatos: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/27/verificamos-imagem-supermercado-saqueado-covid-19>
- xii Link da checagem de fatos: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/03/verificamos-audios-arrastoes-usuarios-cracolandia-pandemia>
- xiii Link da checagem de fatos: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/06/17/verificamos-foto-assaltantes-testes-covid-19>

xiv Link da checagem de fatos:
<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/07/11/v-erificamos-aborto-pandemia/>

xv Lnk da checagem de fatos:
<https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-crianca-foi-presa-em-nova-york-por-estar-sem-passaporte-da-vacina/>

xvi Link da checagem de fatos:
<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/22/v-erificamos-fbi-mascaras-coronavirus>

xvii Link da checagem de fatos:
<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/05/24/v-erificamos-pfizer-inalacao>

xviii Link da checagem de fatos:
<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/06/09/v-erificamos-oms-assintomaticos-covid/>

xix Link da checagem de fatos:
<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/06/05/v-erificamos-tasuku-honjo-nobel-coronavirus-laboratorio/>

xx Link da checagem de fatos:
<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/03/08/v-erificamos-russia-bacteria-5g>

xxi Link da checagem de fatos:
<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/03/03/v-erificamos-simpsons-previram-chegada-novo-coronavirus/>

xxii Link da checagem de fatos:
<https://www.aosfatos.org/noticias/tv-globo-nao-orientou-jornalistas-manipularem-cobertura-da-pandemia/>

xxiii Link da checagem de fatos:
<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/04/01/v-erificamos-cemiterio-prova-midia>

xxiv Link da checagem de fatos:
<https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-camila-pitanga-falsificou-diagnostico-de-malaria-para-se-medicar-com-cloroquina/>

xxv Link da checagem de fatos:
<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/01/26/v-erificamos-fernanda-torres-abreviar-governo>

xxvi Link da checagem de fatos:
<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/09/02/v-erificamos-leticia-sabatella-pandemia>

xxvii Link da checagem de fatos:
<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/06/18/v-erificamos-china-multinacionais-covid/>

xxviii Link da checagem de fatos:
<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/09/22/v-erificamos-china-comprou-sabesp>

xxix Link da checagem de fatos:
<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/20/v-erificamos-renner-covid19>

xxx Lnk da checagem de fatos: carta aberta de empresários que critica lockdown

xxxi Link da checagem de fatos:
<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/04/29/v-erificamos-golpe-kits-gratuitos-limpeza-higiene-pandemia>

xxxii Link da checagem de fatos:
<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/05/04/v-erificamos-golpe-cras-coronavirus>

xxxiii Lnk da checagem de fatos:
<https://www.aosfatos.org/noticias/governo-nao-iniciou-cadastro-para-auxilio-cidadao-de-r-200-contra-coronavirus/>